

4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Brasília – 24 a 27/04/2016

Propostas priorizadas pelos delegados presentes na Plenária Final realizada em 27/04/2016

(O presente texto contém a descrição das vinte propostas priorizadas, tal como descritas em documento preliminar divulgado durante a Plenária Final para votação pelos participantes. No presente documento as propostas estão classificadas em cada eixo segundo o percentual de votação que receberam na plenária.)

Eixo I – Gestão (Programa, projetos, ações e serviços)

Proposta: Garantir a criação, implantação e manutenção de centros especializados de saúde para atendimento da pessoa idosa em todo território nacional, com financiamento dos entes federativos, garantindo equipe interprofissional: com formação gerontológica, clínico, geriatra, oftalmológica, fonoaudiólogo psicólogo, nutricionista, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, assistente social gerontólogo, odontólogo, profissional de educação física, equipe de enfermagem (enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem) de acordo com a realidade loco-regional, e outros.

(Priorizada por 85,7% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Alterar a legislação do benefício de prestação continuada – BPC (Lei 8.742/1993, LOAS) para: a) reduzir a idade para acesso de 65 anos para 60 anos, em estrita observância ao Estatuto do Idoso; b) aumentar a renda per capita familiar de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo; c) não considerar, para efeito de cálculo de renda familiar os benefícios da seguridade social, a renda de um salário mínimo; d) não incluir o benefício de pessoa com deficiência no cálculo da renda de famílias que possuam pessoas idosas.

(Priorizada por 83,3% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Formular e propor mudança na legislação relacionada aos critérios para oferta de empréstimos e financiamentos bancários para coibir que terceiros efetuem empréstimos em nome de pessoas idosas, no limite da lei, vinculado ao controle e fiscalização do Instituto Nacional de Seguridade Social e proporcionando a proteção na utilização do cartão benefício, especificando que a liberação do empréstimo se dará com a utilização da senha eletrônica, impressão digital e atendimento individualizado pela instituição financeira, com apresentação da declaração esclarecida da utilização do empréstimo.

(Priorizada por 80,5% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Alterar o Estatuto do Idoso (inciso I, art. 38) para ampliar o percentual de 3% para 10% de reserva das vagas das unidades habitacionais residenciais urbanos e rurais para atendimento às pessoas idosas respeitando a Lei Brasileira de Inclusão (para construção).

(Priorizada por 76,0% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Fortalecer a política da pessoa idosa pelas bases da educação, incluindo disciplinas e conteúdos transversais e intergeracionais, relacionadas ao processo de envelhecimento nos currículos do ensino formal (fundamental e médio) e disciplinas de geriatria e gerontologia social nos cursos de nível superior de graduação, para que os alunos conheçam os direitos das pessoas idosas, de acordo com o art. 22, capítulo V do Estatuto do Idoso.

(Priorizada por 75,3% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Alterar a legislação previdenciária para: a) revisar os critérios de aposentadoria rural (em regime de Segurado Especial) às pessoas idosas que atualmente residem na zona urbana; b) Restabelecer os direitos dos aposentados que tiveram seus valores diminuídos em razão do fator previdenciário; c) criar mecanismos para reposição dos valores das aposentadorias e pensão quando a pessoa atingir 60 anos de idade; d) Revogar a obrigatoriedade das contribuições previdenciárias para aposentados e pensionistas e envidar esforços junto ao

Congresso Nacional para que aprove os projetos de lei sobre a recuperação das perdas salariais dos aposentados do INSS, corrigindo os benefícios pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais o índice de produtividade do ano anterior, propugnando pelo fim do fator previdenciário.

(Priorizada por 73,4% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Alterar o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) ampliando o número de vagas gratuitas de 2 para 4 nos transportes interestaduais e intermunicipais.

(Priorizada por 72,1% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Garantir e assegurar através do Sistema Único de Saúde (SUS), a distribuição gratuita de medicamentos de uso contínuo e de alto custo às pessoas idosas com doenças degenerativas, ampliando a cota e os tipos de medicamentos disponibilizados, bem como ampliar a instalação de farmácias populares nos municípios brasileiros.

(Priorizada por 71,3% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Garantir e financiar a capacitação, participação e qualificação dos membros dos conselhos nacional, estadual, distrital e municipais dos direitos da pessoa idosa para o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos investimentos sociais voltados à pessoa idosa, que utilizem recursos do Fundo Nacional, Estadual e Municipais do Idoso.

(Priorizada por 70,0% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Exigir da Agência Nacional de Saúde (ANS) a fiscalização dos planos de saúde para que não cobrem nenhuma taxa adicional, para os usuários maiores de 60 anos, regulamentando os planos de saúde sem discriminação para a população idosa.

(Priorizada por 68,4% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Eixo II – Financiamento (Fundos da Pessoa Idosa e Orçamento Público)

Proposta: Destinar percentual de 2% da arrecadação das loterias, estadual e federal, eventos: esportivos, shows, do IOF, para o fundo do idoso.

(Priorizada por 89,1% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Equiparar as porcentagens dos reajustes das aposentadorias e pensões aos reajustes do salário mínimo visando a resguardar o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões.

(Priorizada por 80,8% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Garantir a previsão no orçamento público, em todas as esferas de governo, recursos orçamentários e financeiros para a implementação da política nacional de capacitação continuada para conselheiros/as, gestores/as, cuidadores/as de pessoas idosas, lideranças e profissionais que atuam na promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, possibilitando maior conhecimento na área do ciclo orçamentário: PPA, LDO e LOA para financiamento de políticas públicas, programas e projetos.

(Priorizada por 75,5% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Buscar a aprovação do Projeto de Lei nº 309/2012, que dispõe sobre a dedução de imposto de renda pessoa física para os fundos das pessoas idosas.

(Priorizada por 74,0% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Eixo III – Participação (Política e de Controle Social)

Proposta: Assegurar que os municípios, estados e Distrito Federal forneçam instalações físicas acessíveis, recursos financeiros e humanos à criação e pleno funcionamento dos conselhos de direitos da pessoa idosa, com caráter

deliberativo, composição paritária, exigindo a representatividade da pessoa idosa em, no mínimo, 10% da sua composição e a alternância da presidência; dotados de fundos próprios, de forma obrigatória, com responsabilidade de estrutura e manutenção pelo órgão gestor da política, proporcionando a participação em fóruns e outras estratégias de articulação na RENADI - Rede Nacional de Atenção e Direitos da Pessoa Idosa.

(Priorizada por 76,6% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Instituir instrumentos de promoção de participação dos conselhos de direitos da pessoa idosa (conselhos, fóruns, comissões) na elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, da Lei Orçamentária Anual – LOA (Federal, Estadual e Municipal), para se destinar programas e políticas públicas voltadas para a pessoa idosa; e na área de produção e realização de pesquisas, elaboração estatística e de indicadores a respeito do perfil desta população.

(Priorizada por 72,1% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Ampliar os mecanismos de controle social sobre o funcionamento das ouvidorias, defensorias, promotorias públicas, delegacias, juizados e varas especializadas na proteção dos direitos da pessoa idosa, com a efetiva participação da sociedade civil para o fortalecimento do controle social nas três esferas de governo e para maior transparência quanto as verbas destinadas às pessoas idosas por meio de um Observatório Nacional da Política Nacional do Idoso.

(Priorizada por 67,0% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Fomentar a criação de fóruns permanentes, assegurando a discussão sobre os direitos previstos na legislação vigente a respeito da população idosa (na área da educação, assistência social, segurança pública, direitos humanos, cultura, trabalho, habitação, previdência social, questão de gênero, saúde, justiça e ministério público) concentrando o resultado dessas discussões no Observatório da Política Nacional do Idoso, utilizando dados, informações e indicadores para o uso da sociedade civil e dos gestores públicos no ciclo das políticas, campanhas publicitárias, materiais didáticos e de estudo, e para pesquisas integradas sobre a situação de vida da pessoa idosa no Brasil.

(Priorizada por 66,2% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Eixo IV – Sistema Nacional de Direitos Humanos

Proposta: Propor ao Conselho Nacional de Justiça que as penalidades previstas no Estatuto do idoso e na lei 9099/95 sejam destinadas aos fundos do idoso dos respectivos estados e municípios onde a penalidade foi aplicada.

(Priorizada por 82,8% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)

Proposta: Garantir e ampliar a rede de combate a todo tipo de violência contra pessoa idosa, promovendo ações educativas de prevenção e combate a violência, inclusive com a criação de casas de apoio para acolhimento de vítimas e do Centro de Referência de Apoio a Pessoa Idosa em situação de risco/violência.

(Priorizada por 80,2% dos representantes presentes na Plenária Final da 4ª Conferência Nacional)